

LATINISTAS E HELENISTAS EM REVISTA(S): NOTAS SOBRE A ESPECIFICIDADE FRANCESA¹

Rafael Faraco Benthien*

* Dehis/UFPR.

RESUMO: O presente artigo discute os estribos e as implicações sociais da divisão de trabalho entre os estudiosos da antiguidade clássica no interior da moderna universidade francesa. Para tanto, partindo de uma discussão relativa às formas classificatórias proposta por Émile Durkheim e Marcel Mauss, ele mostra quais as lógicas subjacentes à diferenciação historicamente constituída entre helenistas e latinistas nesse país. Busca-se assim explicar porque, por exemplo, helenistas estiveram aí, em geral e estruturalmente, mais próximos dos grandes movimentos de inovação científica, ao passo que os latinistas, institucionalmente dominantes, assumiram posições mais conservadoras, ligadas à reafirmação do cânone retórico das *belle-lettres* francesas.

PALAVRAS-CHAVE: Latinistas, Helenistas, Universidade Francesa.

LATINISTS AND HELLENISTS IN JOURNALS: NOTES ON FRENCH SPECIFICITY

ABSTRACT: This article discusses the social bases and the implications of the social division of labor among scholars of classical antiquity within the modern French University. Therefore, based on the discussion on primitive classification proposed by Émile Durkheim and Marcel Mauss, the article points out the logics underlying the historical differentiation between Hellenists and Latinists in that country. The aim is to explain why, for example, Hellenists were, generally and structurally, closer to the scientific *avant-garde* movements, while Latinists, institutionally dominant, took more conservative positions, linked to a reaffirmation of the rhetorical canon of the *belle-lettre* french model.

KEYWORDS: Latinists, Hellenists, French University

1. Uma primeira versão do presente artigo foi apresentada no IV Simpósio Antigos e Modernos, realizado nas dependências da Universidade Federal do Paraná em dezembro de 2010. Tal texto apresenta ainda, de forma condensada, resultados que integram minha tese de doutoramento, defendida em maio de 2011 na Universidade de São Paulo e intitulada *Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revistas*. O autor agradece, em especial, aos organizadores e ao público do evento supramencionado. A pesquisa da qual se originou o presente texto foi financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

2. Refiro-me a Durkheim e Mauss, 1903. Tal problema é igualmente explicitado por Henri Hubert, colaborador próximo de Mauss e Durkheim, logo na sequência (Hubert, 1904).

1. Em *De Algumas Formas Primitivas de Classificação*, texto publicado pela primeira vez há pouco mais de um século, Marcel Mauss e Émile Durkheim enfrentaram pela primeira vez o problema da origem social das categorias do entendimento². As teorias contra as quais eles se colocaram eram duas: de um lado, a que derivava a compreensão que os homens têm do mundo da própria estrutura do mundo; de outro, a que universalizava um sujeito transcendental, supondo a existência *a priori* de categorias idênticas em todos os indivíduos. Mas se tais proposições fossem mesmo válidas, indagaram os autores, como compreender as transformações das formas classificatórias? E mais: como explicar que cada sociedade ou grupo classifique o mundo de modo particular?

Visando propor uma teoria alternativa, Mauss e Durkheim lançaram mão da literatura etnográfica de que dispunham. Seu texto principia com a análise das formas de classificação encontradas nas sociedades que eles julgavam as mais simples em termos de organização, a saber, as tribos australianas de Queensland. Entre os aborígenes de Port Mackay, por exemplo, a divisão da tribo em duas frátrias, os Yangaroo e os Wutaroo, repercute em todas as coisas. O sol, o dia, bem como certos animais e plantas seriam designados *yangaroo*, ao passo que a lua, a noite e os demais seres seriam *wutaroo*. Neste caso, a ordenação do mundo segue com exatidão a organização social, o que levou os autores a formular uma primeira hipótese: a sociedade – e não a subjetividade humana ou a natureza – teria fornecido os fundamentos das classificações humanas.

Mauss e Durkheim reconheceram, no entanto, que o vínculo entre a classificação do mundo e a organização da sociedade nem sempre são tão diretos. Na sequência de seu texto, ao comparar as tribos de Queensland com outras consideradas mais complexas, na América do Norte e na própria Austrália, eles sugeriram que as formas primitivas de classificação foram sendo afetadas pela história das sociedades: é como se o aparecimento de novas classes matrimoniais, de clãs e de sub clãs, tivesse o poder de modificar a economia do sistema, transformando as relações de coordenação e de subordinação antes existentes entre as formas classificatórias. Deste modo, no caso dos Sioux, dos Zuni e dos Wotjobaluk, a transposição da organização dos homens à das coisas não seria mais automática, tendendo mesmo a tornar-se quase irreconhecível em sociedades altamente sofisticadas, como a chinesa e a grega

antigas, com as quais se encerra a parte etnográfica do texto. Deriva deste ponto a segunda hipótese dos autores: quanto maior a complexidade de uma determinada sociedade, mais numerosas e autônomas das determinações sociais tendem a ser as formas classificatórias com as quais seus membros pensam o mundo e a si próprios.

Ainda que se possa criticar tal teoria em função tanto da série documental utilizada, como do caráter especulativo e evolucionista de seu raciocínio, deve-se também reconhecer que ela continua oferecendo pistas interessantes. Por exemplo, ao defender a origem social das categorias, Mauss e Durkheim negaram quaisquer rupturas essenciais entre as classificações ditas *primitivas* e as *científicas*. Ambas, afinal, valem-se dos mesmos expedientes, colocando em relação conjuntos minimamente coerentes de objetos. Se há uma diferença, dizem eles, essa seria apenas de grau, pois enquanto as primeiras – as *primitivas* – estabelecem relações entre as coisas do mundo impondo-lhes a lógica relativamente arbitrária da sociedade, as segundas – as *científicas* – tornadas possíveis graças à complexificação social, resistiriam a isto por meio de um esforço reflexivo, garantindo assim uma maior autonomia das categorias.

Eu gostaria de partir deste ponto para provocar meus leitores com a seguinte questão: se é verdade que a atividade científica supõe reflexão e autocrítica, até que ponto nós, hoje, temos controle das formas classificatórias com as quais ordenamos o mundo a partir da Universidade, decompondo-o em objetos e em domínios de estudo? Ou ainda, recolocando a questão em outros termos, o que sabemos da história, do leque semântico e dos estribos sociais das classificações que empregamos? Para evitar um encaminhamento escolástico do problema, proponho aqui um estudo de caso: tratarei das relações entre latinistas e helenistas nos primórdios da universidade francesa moderna, entre fins do século XIX e inícios do XX. Parece-me haver aí, de fato, tensões e afinidades eletivas ininteligíveis se tratadas em termos puramente intelectuais. Tudo se passa como se estivéssemos diante de uma forma de classificação, a qual, sem ter sido totalmente consciente por parte dos referidos universitários, fez-se sentir em seus percursos e trabalhos acadêmicos, guiando-os, mas também os limitando.

2. Mas por que privilegiar latinistas e helenistas? Isto se deve, antes de tudo, ao papel central das línguas antigas na constituição

do moderno sistema educacional francês. No caso do ensino médio, estabilizado com a criação dos liceus em inícios do século XIX, seus alunos eram apresentados ao grego e ao latim clássicos desde a mais tenra idade. Mais que isso, eles eram encorajados a reconhecer nessas línguas os ancestrais diretos do francês.

Entre as referidas línguas existiam, no entanto, notáveis assimetrias: institucionalmente, o latim era soberano, mantendo o grego em uma posição secundária. Para expressar tal reinado em números, basta lembrar que até 1880 cerca de 40% dos programas escolares era dedicado ao seu aprendizado. Além disto, até 1902, todos os interessados em obter uma vaga na universidade eram forçados a prestar exames de latim. O estudo do grego, por outro lado, era em geral iniciado na segunda metade do ensino médio, não ultrapassando 20% do conteúdo ministrado. Já quanto à sua presença nos exames, ela era também menos abrangente: cobrava-se o grego apenas nos certificados e nos concursos mais prestigiosos intelectualmente, onde ele fazia par com o latim (Waquet, 1998).

Tal hegemonia das letras clássicas nos liceus foi transposta quase que automaticamente à universidade. Eis aí, com efeito, outra especificidade francesa: as faculdades de letras surgiram para suprir demandas do ensino médio. Até o fim do Antigo Regime, as chamadas Faculdades de Artes funcionavam como uma espécie de ensino secundário, fornecendo aos alunos dos colégios mantidos por congregações religiosas um curso preparatório para o ingresso nas únicas faculdades existentes: Teologia, Direito e Medicina. Neste contexto, os professores de grego e de latim pertenciam, em sua maioria, aos quadros da Igreja Católica. Com a Revolução, o antigo sistema foi complexificado. Ao transferir aos recém-criados liceus nacionais a atribuição do ensino médio, as faculdades de ciências e de letras, criadas a partir do desmembramento das antigas faculdades de artes, passaram a se encarregar da preparação dos professores de liceu.

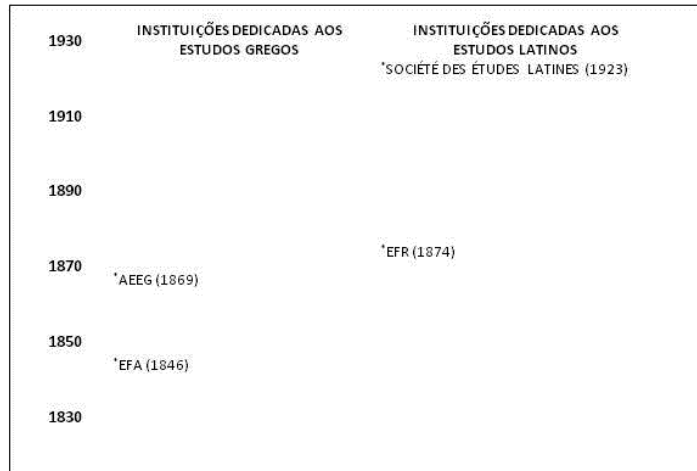
Importa destacar que a pesquisa universitária, tal como a entendemos hoje, ou seja, como atividade metódica vinculada à produção de conhecimento original, não teve espaço nessas primeiras reformas. Isto não significa, bem entendido, que a França de inícios do século XIX não tenha experimentado nenhuma forma de vida intelectual. Ocorre somente que, até então, destacavam-se nessa função outros espaços, tais como sociedades eruditas, academias e salões, os quais

seguiram uma lógica de clubes fechados e privilegiavam o mecenato direto, seja ele particular ou estatal.

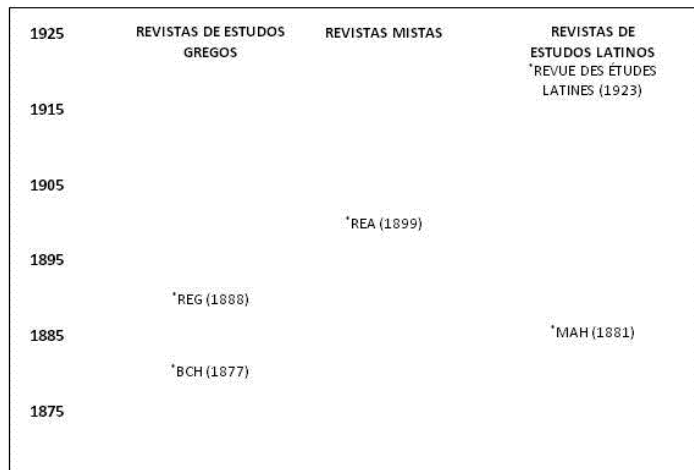
Tal cenário manteve-se estável até aproximadamente a metade do século XIX, quando as tensões entre a França e os estados alemães, nos quais existia de fato pesquisa universitária, estimularam a renovação das instituições de ensino daquele país. Medidas mais concretas foram tomadas sobretudo após a Guerra Franco-prussiana e, em especial, após a estabilização política da Terceira República, na década de 1880. Uma nova série de reformas afetou então os estudos greco-latinos, incentivando pesquisas originais na área, mas também colocando em questão sua hegemonia institucional (Durkheim, 1999 e Ringer, 1992).

O curioso é observar que, na França, a modernização do sistema de ensino gerou respostas diferentes por parte de latinistas e helenistas. Para dar maior visibilidade a essas diferenças, apresentarei a seguir dados relativos à história e à morfologia dos periódicos acadêmicos especializados em Grécia e Roma Antigas. Tal escolha, a dos periódicos, não me parece fortuita. Criados em sintonia com as transformações do sistema de ensino, eles oferecem ao historiador atual um microcosmo privilegiado para observar as linhas de força que caracterizaram o período.

3. Nos quadros 1 e 2, pode-se observar a sequência da fundação tanto desses periódicos quanto das instituições responsáveis por eles. Destaco alguns padrões interessantes. As revistas mais precoces surgiram vinculadas a instituições mantidas pelo Estado francês no exterior, as quais primavam por fornecer uma formação complementar aos futuros helenistas e latinistas, sobretudo no campo da arqueologia e da epigrafia. A *École Française d'Athènes*, criada em 1846, lançou em 1877 uma revista própria, o *Bulletin de Correspondance Hellénique*; ao passo que a *École Française de Rome*, instituída em 1874, passou a publicar seu periódico, *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire*, em 1881. Dada a ancoragem destas instituições no sistema de ensino francês, a parte mais substancial dos colaboradores das revistas provinha de seus membros, aos quais se somavam alguns expoentes nacionais e internacionais. Tratavam-se, portanto, de periódicos voltados aos “jovens”, aos helenistas e latinistas em formação ou em início de carreira.



Quadro 1. Instituições dedicadas aos estudos greco-latinos na França



Quadro 2. Revistas dedicadas aos estudos greco-latinos na França

Se comparados a esses periódicos de “jovens”, os dos “velhos”, ou seja, aqueles voltados à divulgação dos trabalhos de professores já estabelecidos, surgiram mais tarde. Dois deles apareceram como extensões de corporações profissionais. A *Association pour l'Encouragement des Études Grecques en France*, embora editasse um boletim interno desde sua fundação, em 1869, passou a publicar uma revista universitária dezenove anos mais tarde, a *Revue des Études Grecques*. A *Société des Études Latines*, por seu turno, foi criada em 1923 já devidamente acompanhada de um periódico, a *Revue des Études*

Latines. Por fim, um caso diferente é o da *Revue des Études Anciennes*. Ela começou a ser publicada em 1899 por iniciativa de professores de província dispostos a acolher contribuições de todos os especialistas na Antiguidade clássica. O carro chefe dessa revista era, no entanto, as *antiguidades nacionais* (ou seja, o estudo dos povos que ocuparam o atual território francês desde a pré-história até o Medieval). Seus idealizadores e principais entusiastas haviam partido do helenismo e do latinismo para se dedicarem a esta nova especialidade, a qual se firmava então como um domínio de saber próspero, até porque, não muito antes da Primeira Guerra Mundial, associava o passado greco-romano à história nacional.

Mas o ponto mais interessante a ser aqui explorado não está na divisão de trabalho entre “jovens” e “velhos” que caracteriza os colaboradores dos periódicos, tampouco em seus diferentes estribos institucionais. Chama a atenção, isso sim, o claro descompasso entre o aparecimento dos periódicos especializados em Grécia e em Roma Antigas. Como havia sido dito antes, institucionalmente, o latim dominava o grego pela extensão de sua presença nos liceus e na universidade. Não obstante, quando pensamos em termos de profissionalização voltada à pesquisa, tal tendência se inverte na França: foram os helenistas que estiveram claramente à frente.

4. Antes de buscar explicações para tal fenômeno, é preciso apresentar aqui outras informações, estas sobre a morfologia das revistas. Ao longo de minha pesquisa de doutorado, optei por comparar o perfil dos colaboradores de dois destes periódicos, a *Revue des Études Grecques* e a *Revue des Études Anciennes*³. Para tanto, eu parti do ano de fundação desta última revista, 1899, até chegar ao final da Primeira Guerra Mundial (em verdade, estendi a análise até 1920). Isto significa que eu deliberadamente ignorei a *Revue des Études Latines*, entendendo que seu aparecimento tardio remete a outro período da história da universidade francesa. Do mesmo modo, descartei da análise morfológica as revistas dos “jovens”, mas por outros motivos: por um lado, porque muitos de seus colaboradores se recusaram depois a seguir as especializações para as quais eles estavam sendo treinados; e, por outro, porque a *École Française de Rome* não recebia só latinistas em formação, mas também arquivistas que deveriam estagiar na Biblioteca do Vaticano, o que dificultaria o uso da revista para fins de comparação.

3. A análise que se segue é um resumo do que pode ser encontrado em Benthien, 2011.

O que a análise comparativa da morfologia da *Revue des Études Grecques* e da *Revue des Études Anciennes* revela é que o descompasso entre helenistas e latinistas não se traduz apenas em termos institucionais. Aparecem aí atuando, ao menos nas duas primeiras décadas do século XX, outros elementos. É o que se constata ao acionarmos variáveis de cunho religioso, político e de prestígio intelectual. Assim, por exemplo, a *Revue des Études Grecques* aparece como um espaço dirigido por um número considerável de pesquisadores oriundos de famílias judias. É o caso, por exemplo, de Théodore Reinach e de Gustave Glotz, os dois primeiros diretores da publicação, bem como o de outros colaboradores frequentes, muitos deles presidentes da associação que publicava a revista, tais como Henri Weil, Michel Bréal e Salomon Reinach. Nada similar ocorre nos quadros da *Revue des Études Anciennes*. Nela, os colaboradores judeus são estatisticamente pouco representativos, dominando claramente aqueles oriundos de famílias católicas. Tal oposição, em um contexto de entrega em vigor da lei que promulgou a separação radical entre o Estado e a Igreja Católica (1906) não deixa de chamar atenção.

O mesmo pode ser dito acerca das assimetrias políticas. Se levarmos em conta a mobilização dos classicistas em torno do Caso Dreyfus, as duas publicações parecem estar em campos opostos⁴. Afinal, muitos dos principais colaboradores da *Revue des Études Grecques*, entre eles os irmãos Reinach, Glotz, Maurice Holleaux, Paul Girard e Antoine Meillet, atuaram como partidários da revisão do processo do capitão Dreyfus. O caso da *Revue des Études Anciennes* é radicalmente oposto. Muitos dos fundadores e principais colaboradores da revista, tais como Camille Jullian, Georges Radet, Pierre Paris e Henri de la Ville de Mirmont, destacaram-se por manifestações em prol do exército⁵.

Por fim, em termos de prestígio intelectual, as revistas novamente se distanciam. Com efeito, enquanto a *Revue des Études Grecques* reúne a fina flor das vanguardas universitárias francesas, privilegiando a colaboração de pesquisadores situados em Paris, o centro do sistema, e implicados em várias vanguardas científicas que flertavam com o helenismo (a sociologia, a geografia, a linguística, entre outras); a *Revue des Études Anciennes*, a despeito da progressiva ascensão na carreira de seus diretores e principais colaboradores, deu considerável destaque à publicação tanto de professores provinciais como de “amadores”, nos termos que então estavam se colocando

4. Para um panorama geral desse engajamento, sem levar em conta as clivagens oferecidas pelas revistas, veja-se Blanchet, 2004: 29-48.

5. Em especial, no contexto do caso Stapfer (Fournier, 2007).

(ou seja, pesquisadores desprovidos de títulos universitários). Nela, boa parte dos trabalhos girava em torno da fusão entre os mundos grego, romano e gaulês, com ênfase na construção histórica da identidade nacional francesa.

5. Uma vez findo este sobrevoo, voltemos, à guisa de conclusão, ao problema com o qual dei início ao presente texto. Se tomarmos “latinistas” e “helenistas” como classes ou gêneros que, graças às suas relações, permitem descrever um universo específico, no caso, o dos estudos clássicos no sistema de ensino francês entre fins do século XIX e inícios do XX, teremos então de admitir que eles se opõem de modo muito particular.

Os helenistas surgem aí como os detentores de um saber que, dominado institucionalmente no conjunto do sistema, destaca-se por sua abertura e prestígio intelectual. Com efeito, os estudos gregos estiveram na vanguarda da modernização universitária na França, incorporando com rapidez novos métodos e objetos de trabalho. Além do mais, tudo indica a existência de afinidades entre esta tendência pró-reformas e certas lutas políticas, notadamente o combate contra a Razão do Estado que marcou o caso Dreyfus. Por fim, seria ainda preciso associar o helenismo à integração de indivíduos letrados provenientes de famílias judias.

Os latinistas, por seu turno, demoraram-se mais para se adequar à pesquisa universitária e o fizeram com menos vigor. Isto se explica, ao menos em parte, graças aos estribos históricos e sociais de sua supremacia institucional. Por um lado, os estudos latinos estiveram na França por demais ligados à Igreja Católica e, por conseguinte, às suas pretensões quanto ao sistema de ensino. Por outro, os mesmos estudos serviram clara e tradicionalmente a interesses mundanos, passando-se, via escola e universidade, por instrumentos de reprodução dos quadros tradicionais da sociedade francesa. Para que se tenha uma imagem disso, basta trazer à mente os grandes campeões mundanos de Balzac, Eugène de Rastignac ou Lucien Chardon, os quais se valem do latim (mas não do grego) em suas relações cotidianas. Na mesma direção, pode-se ainda pensar nos atores mais ativos na defesa da permanência do latim como base do ensino médio em fins do século XIX: teólogos, advogados e médicos, justamente os representantes das faculdades mais tradicionais.

Dito isto, cabem ainda aqui duas importantes ressalvas. Em primeiro lugar, as tensões entre helenistas e latinistas, aqui

apresentadas de modo esquemático, reclamam esclarecimentos suplementares em inúmeras direções. Por exemplo, seria necessário entender melhor as especificidades da universidade alemã e de suas relações com a França. Afinal, por motivos que lhe são particulares, os estudos gregos se firmaram como dominantes na Alemanha tanto intelectual quanto institucionalmente; o que não significa, porém, que a tradição filológica alemã tenha sido recebida na França sem resistências ou incompreensões. No mais, a oposição entre laicidade e catolicismo na universidade francesa pode ser tratada como uma expressão tardia do desfêcho traumático das guerras de religião do século XVI. Enfim, estes e outros nexos poderiam ser ainda melhor explorados⁶.

6. Algumas pistas nessa direção podem ser encontradas em Espagne e Werner, 1990. Tal tema é também evocado na entrevista que realizei com o filólogo Jean Bolland (Benthien, 2009).

A outra ressalva diz respeito aos possíveis usos desta oposição que lhes apresentei. Ora, à medida que reconstrói afinidades entre elementos (helenistas – pesquisa universitária – estado laico – *dreyfusards* – etc.), ela permite conceber um tipo ideal de latinista e de helenista na França do período estudado. Tal construção, no entanto, dificilmente encontra uma encarnação perfeita. Existiram, afinal, latinistas franceses que se destacaram por seus interesses intelectuais e que eram judeus e *dreyfusards*. É o caso de Gustave Bloch, mais conhecido hoje entre nós por ser o pai de um dos fundadores dos *Annales*, Marc Bloch. Ainda assim, talvez esse conjunto de relações aqui apresentado a compreender porque ele é o único, até onde vai meu conhecimento, a reunir estas características. Seria a exceção que confirma a regra?

Em todo caso, meu propósito aqui foi apenas insinuar que certas formas de classificação extremamente naturais para nós, tal como as utilizadas para designar áreas de conhecimento, envolvem, em verdade, condicionantes históricas e sociais importantes. Dito de outro modo, as decisões dos universitários quanto a seus objetos e métodos de estudo me parecem revelar afinidades e tensões que vão além de uma ordem puramente intelectual. Até que ponto temos consciência das implicações de nossas escolhas? Ou ainda, até que ponto nossas escolhas já não se afirmavam antes mesmo de as tomarmos, configurando um cenário em que praticamente não se escolhe, mas se é escolhido? É importante que se diga, contudo, que reconhecer as condicionantes não intelectuais da produção do trabalho intelectual não significa inviabilizá-lo ou o relativizar. Ao contrário, significa buscar compreender as implicações de administrar certa herança (esta, no caso, formada por classificações e instituições) sem se deixar herdar por ela. Não dependeria disso, no final das

contas, o mais criativo e autônomo uso, no sentido proposto por Mauss e por Durkheim, da ciência?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Benthien, Rafael Faraco, 2009, Um homem entre vários mundos: sobre uma entrevista com Jean Bollack. In: *PhaoS*, 9, p. 5-27.

_____. *Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revistas (França, 1898-1920)*. Tese defendida no programa de História Social da Universidade de São Paulo em 2011. Acessível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20102011-103318/pt-br.php> (último acesso em 06/03/2013).

Blanchet, Beatrice, 2004, *La Toge et la Tribune: engagements publics des classicistes français et britanniques au XXe siècle*. Paris: L'Harmattan.

Durkheim, Émile, 1999, *L'Évolution Pédagogique en France*. Paris: Puf.

Durkheim, Émile e Mauss, Marcel, 1903, De quelques formes primitives de classification, In : *L'Année Sociologique*, vol. 6, p. 1-72.

Espagne, Michel e Werner, Michael, 1990. *Philologiques I*. Paris: Édition de la Maison de Sciences de L'Homme.

Fournier, Marcel. 2007. *Émile Durkheim*. Paris: Fayard.

Hubert, Henri, 1904, Introduction; in: P.D. Chantepie de la Saussaye, *Manuel d'Histoire des Religions*, Traduit de l'allemand sous la direction de H. Hubert et I. Lévy Paris: Armand Colin, , p. I-XLVIII.

Ringer, Fritz, 1992, *Fields of Knowledge*. Cambridge: Cambridge.

Waquet, Françoise, 1998, *Le Latin ou l'Empire d'un Signe*. Paris: Albin Michel.

Recebido em fevereiro de 2013

Aprovado em abril de 2013.

